

Falante de *talian*, agente cultural, especialista em desenvolvimento e tecnologia e titular do Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC).

UMA PROPOSTA JURÍDICA E OPERACIONAL PARA UM CONSÓRCIO REGIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E LINGUÍSTICO NO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Nedi Terezinha Locatelli

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta informações obtidas em três momentos e com objetivos diferentes, porém, complementares: a) agosto de 2009: o Inventário Nacional do *Talian*, b) anos 2010, 2011 e 2012: proposta para uma Casa de Patrimônio em municípios do Alto Uruguai Catarinense e c) 2014: pesquisa sobre Cultura e Desenvolvimento Rural, que pesquisou gestores públicos culturais e dirigentes de cooperativas de agricultura familiar.

O Inventário Nacional do *Talian*, promovido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi realizado pela Universidade de Caxias do Sul, RS (UCS) por ocasião do 10º Filò e 21ª Festa Taliana (31/07 e 02/08/2009), tendo – mais tarde - motivado as discussões para a criação de uma Casa de Patrimônio que aconteceu no decorrer dos anos de 2010/2011 e 2012, proposta apresentada pela última vez em agosto de 2013. Em junho de 2010, equipe técnica do IPHAN, coordenada por Sonia Florêncio, esteve em Ipumirim e deu início ao trabalho que resultou no diagnóstico/projeto e na proposta de estatuto que foram formulados com a participação da comunidade regional, convites feitos a todos os presidentes de partidos políticos, igrejas, autoridades e lideranças políticas, legislativas, educacionais, culturais, empresariais e do Judiciário e Ministério Público. A presença do Centro da Memória do Oeste de SC (CEOM - UnoChapecó¹ – Chapecó) e da Federação das Entidades Ítalo-Brasileiras do Meio Oeste e Planalto Catarinense (FEIBEMO - Caçador, SC) foram de grande valia. O apoio da SDR² Seara foi de grande utilidade. Atuaram na linha de frente

1 UnoChapecó – Universidade Comunitária de Chapecó - SC

2 SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional, descentralizada, órgão do Governo do Estado de Santa Catarina.

participando *pari passu* comigo, a então secretária de educação de Xavantina Ana Guerini Gabiatti e a funcionária da SDR Seara Loide Chimanko.

A pesquisa sobre Cultura e Desenvolvimento Rural como trabalho final para conclusão de pós-graduação em Desenvolvimento e Tecnologia (Uno-Chaçecó – Chapecó - SC em parceria com a UnC³ – Concórdia), realizada em 2014, teve um universo maior, mas, no que tange ao patrimônio cultural e linguístico confirmou as observações dos participantes da proposta da Casa do Patrimônio.

Além das obrigações constitucionais do poder público em relação à cultura, agora, um novo compromisso é apresentado pelo Decreto nº 7.387 de 09/12/2010 que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística:

Art. 5ª As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6ª Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.

Com o reconhecimento do *talian* como patrimônio cultural imaterial – língua de referência cultural brasileira – quais seriam as ações para a sua valorização e salvaguarda? Quais as possibilidades e fragilidades do poder público municipal e da sociedade civil? Qual a melhor proposta do ponto de vista operacional, jurídico, econômico e de resultados? Como garantir que as normas do IPHAN sejam cumpridas?

O UNIVERSO PARTICIPANTE E PESQUISADO

O *talian* nasceu nas serras gaúchas, resultado da mistura dos dialetos trazidos pelos imigrantes italianos. Inventariado nas suas origens, segundo o inventário

“Restava, ainda, abranger municípios que se formaram pelos desdobramentos das antigas e novas colônias, em outros Estados, ou seja, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Localizada a região dos desdobramentos, em virtude de recursos e tempo escasso, optou-se, por fazer a pesquisa, pelo município de Ipumirim, em Santa Catarina. **Dessa forma, coincidiriam os estudos sobre a Festa Taliana, as pesquisas com os programas em talian na região e a aplicação do questionário BIRS⁴ nas escolas.**”(p. 22) (O grifo é nosso)

3 UnC - Universidade do Contestado – Concórdia - SC

4 BIRS – Bilinguismo no Rio Grande do Sul.

A partir de Ipumirim, com apoio da Prefeitura Municipal e da *Assos-siassion Taliani* d' Ipumirim, a Festa *Taliana* foi o espaço onde a pesquisa da UCS pode pesquisar diversos outros grupos, especialmente de cantos e/ou de canto coral de municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A partir da iniciativa de *Taliani d' Ipumirim*, com apoio da Prefeitura e sob a coordenação de minha pessoa, foram reunidos os grupos de canto e/ou canto coral, conjuntos musicais e associações que participaram do Inventário, dando-se início à discussão da Casa do Patrimônio, após conhecimento através do IPHAN da existência de outras Casas de Patrimônio. Participaram dos encontros prefeitos, secretários municipais, associações culturais formais e não formais, professores, diretores de escolas, estudantes, representantes de igrejas, detentores de conhecimentos tradicionais, universidade, representantes da SDR, funcionários públicos, agricultores, enfim, a participação tanto da sociedade civil como do poder público foi representativa.

Quadro 1 - Universo Participante E Pesquisado

MUNICÍPIOS		2009	2010/11 e 13	2014
Sdr Concórdia	Sdr Seara	Inventário*	Discussão **	Pesquisa***
CONCÓRDIA		X	X	
IRANI		X		
	ARABUTÃ			X
	ARVOREDO			X
	IPUMIRIM	X	X	X
	ITÁ	X	X	X
	LINDÓIA DO SUL	X	X	X
	PAIAL			X
	SEARA	X	X	X
	XAVANTINA	X	X	X

Fonte: documentos e registros da autora

* Inventário Nacional do Talian.

** Discussão que resultou na proposta Casa do Patrimônio Taliani & Amighi.

*** Pesquisa sobre Cultura e Desenvolvimento Rural.

Os oito municípios pesquisados apresentam vários falares. O *talian* está presente em 100% deles. A diversidade linguística foi responsável pela primeira decisão dos participantes – unânime -: a inclusão de todos os falares e de todos os patrimônios culturais existentes nesses municípios.

Quadro 2 - Falares Existentes nos Municípios da Sdr Seara, Conforme Responsáveis Municipais de Cultura

Falares	Número	%
Talian	8	100
Alemão	6	75
Polonês	1	12,5
Caboclo	5	65,5
Indígena	1	12,5

Fonte: Locatelli (2014)

Nenhum dos municípios tem políticas culturais linguísticas ou de patrimônio cultural.

Foram identificados e analisados pelos participantes os seguintes patrimônios culturais regionais, inclusos espaços e grupos percebidos: línguas; etnias; festas temáticas: religiosas, juninas e julinas, de famílias, do vizinho, das comunidades, entidades e associações étnicas, dos corais e dos municípios; artesanato; conjuntos musicais, bailes e matinês; grupos étnicos de canto coral e de dança; culinária; chás; ofícios e saberes; arquitetura; arqueologia; guerra do Contestado e caboclos; jogos e brincadeiras e esporte amador; cultura gaúcha; clubes de idosos; rádios comunitárias; igrejas; lendas, mitos e contos; artes plásticas e teatro; turismo; economia e legislação sobre patrimônio cultural.

DIAGNÓSTICO

A discussão levou aos seguintes entendimentos que constam do diagnóstico cultural da Casa de Patrimônio pretendida, abaixo resumidos: Pressupostos, Premissas, Objetivos, Estratégias e Plano de Atividades.

PRESSUPOSTOS:

A vergonha de ser simples, a falta formação/informação para sistematização de projetos e parcerias – visando a captação de recursos e efetivação de políticas públicas na área da cultura – a fragilidade orçamentária dos municípios, o distanciamento entre gerações e o distanciamento do poder público dos grupos culturais étnicos foram os pressupostos definidos e aprovados a partir da vivência dos participantes. Necessário conhecer tais fatos, para planejar mudanças e objetivos.

1.1. Objetivos:

I - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; II - promover, incentivar e realizar ações de reconhecimento, proteção, salvaguarda, valorização e difusão do patrimônio cultural e suas diversas manifestações das etnias e grupos participantes da Casa de Patrimônio, com destaque para o *Talian*; III - promover o direito à memória e à verdade por meio de pesquisas, do resgate e estudo de coleções, de publicação de obras sob qualquer suporte e outras maneiras possíveis, em especial sobre a história dos imigrantes das várias etnias existentes na região e sobre o período da Nacionalização do Ensino; IV - apoiar organizações públicas e privadas, sob todas as formas possíveis e legais, inclusive na formação de acervos vários e conhecimentos que incentivem e propiciem a gestão do seu patrimônio cultural e conduzam à consciência da sua identidade histórico-cultural; V - incentivar e realizar ações de desenvolvimento sustentável e cidadania que valorizem e preservem memórias, meio ambiente, tecnologias, saberes e fazeres do patrimônio cultural e espaços, equipamentos e ações do turismo regional com aproveitamento e utilização dos recursos arquitetônicos, culinários, agrícolas, pecuários, naturais e outros, conforme práticas tradicionais dos imigrantes e outros grupos da cultura regional, gerando alternativas de renda e valorizando a mão-de-obra local/regional; VI - promover os vínculos de solidariedade, solidificando o espírito associativo, observando em especial a inclusão e a participação de crianças, idosos e portadores de deficiências; VII - valorizar o conhecimento dos idosos, suas experiências de vida, como fontes de memórias e como sujeitos da história; VIII - promover a presença e a participação da juventude valorizando-a como força de renovação e de continuidade e da consciência dos valores e da identidade histórico-cultural da sua gente e do seu país; IX - valorizar a família como espaço de promoção da vida, de preservação cultural e de consciência dos direitos e deveres humanos, com contínuo e decisivo papel educativo; X - construir e/ou manter espaços físicos e bens móveis e imóveis para a realização de suas várias atividades; XI - zelar do seu patrimônio físico, cultural e ambiental com cuidados ecológicos; e XII - localizar-se e interagir com a diversidade cultural nacional e mundial; (p.3-4)

ESTRATÉGIAS:

Promover a capacitação e o trabalho em Educação Patrimonial tanto na Educação formal como na não formal e em outros ambientes, espaços e organizações; Ampliar o escopo das atividades culturais já realizadas, em especial nas escolas, incluindo o conceito de Educação Patrimonial; Incentivar a legislação municipal e regional para a proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural; Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais do patrimônio cultural e os direitos de seus detentores; Garan-

tir condições financeiras e pedagógicas para o ensino da disciplina curricular “cultura e língua local”; Instituir e conceder honraria para mestres de “saberes e ofícios” do Patrimônio Cultural Imaterial na área de atuação da Casa; e Promover espaços e condições para que entidades e pessoas físicas aprendam técnicas e metodologias e efetivamente resgatem e salvaguardem o patrimônio histórico-cultural que lhe é próprio. (p. 4)

A NATUREZA JURÍDICA:

Inicialmente pensada como um consórcio público regional, a Casa do Patrimônio acabou por elaborar seu estatuto, considerando a lei nº 9.790, de 23/03/1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui o Termo de Parceria, e dá outras providências. O estatuto determina obediência às normas do IPHAN no que diz respeito ao patrimônio cultural.

O SISTEMA OPERACIONAL:

Associados: fundadores, mantenedores, parceiros e agentes, inclusive não formais, com dois anos de atividade e sempre com aprovação de um Plano de Atividades, a ser cumprido para continuar como associado.

Assembleias Gerais:

Ordinárias: março (prestação de contas e eleição da diretoria) e outubro (planejamento)

Extraordinária: a qualquer tempo, conforme estatuto

Conselho de gestão: mandato de dois anos com reeleição de dois terços.

Diretorias: sem direito a voto e remuneração – Línguas. Culinária e Chás, Canto coral, Arquitetura, Jogos e Brincadeiras, Artesanato, Educação Patrimonial, Turismo Cultural e outros.

Grupo Pesquisas e Saberes: onde poderão ser inscritos individualmente detentores e pesquisadores de patrimônio cultural, os quais poderão contribuir, quando necessário, com o próprio Conselho e as diretorias nomeadas.

Conselho Fiscal: mandato de dois anos, coincidente com o Conselho de Gestão

Diretor geral: escolhido pelo Conselho de Gestão, com lista tríplice, cujos candidatos precisam comprovar conhecimento teórico em educação patrimonial e experiência e atuação em atividades de patrimônio cultural.

Equipe de trabalho: sob a coordenação do Diretor Geral, responsável por educação patrimonial, responsável pela elaboração de projetos e captação de recursos e serviços de contabilidade.

Patrimônio: contribuição societária; bens móveis, imóveis e veículos adquiridos; bens móveis, imóveis e veículos transferidos em caráter definitivo por pessoas física ou jurídicas; doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, públicas ou privadas; recursos próprios obtidos com a realização de eventos, de cobrança de aluguel e outras formas de utilização dos seus próprios recursos, serviços de patrimônio ou direitos; ações e títulos da dívida pública; convênios, subvenções e outros dinheiros; direitos intelectuais e industriais; e outros bens e recursos adquiridos definitiva ou temporariamente a qualquer título.

Recursos:

Captação: em nome da própria Casa de Patrimônio especialmente para grupos informais, e encaminhando projetos em nome de grupos associados

Parcerias: públicas, privadas, nacionais e internacionais.

Do poder público municipal: não serão repassados à Casa do Patrimônio. Os projetos aprovados pela Casa do Patrimônio serão pagos diretamente pelas prefeituras municipais, bem como quando necessários convênios com grupos legalmente constituídos.

Investimento fixo mensal: aprovado inicialmente pelo Conselho de Gestão, conforme planejamento próprio, rateado entre o poder público e aprovado pelas Câmaras de Vereadores.

Plano de atividades:

Ano 1

Projeto de identidade: Discussão, elaboração, aprovação e execução de um projeto a ser realizado por todos os municípios, preferencialmente com jovens, que dê divulgação à imagem e à identidade à Casa do Patrimônio.

Presença nas comunidades: visitas do Diretor Geral e do responsável pela Educação Patrimonial por tantas horas/mês, conforme planejamento da Casa para “melhoria” das ações já realizadas com foco na Educação Patrimonial, em escolas, associações culturais, comunidades rurais, grupos de mulheres, grupos de jovens, clubes de idosos

Presença nos municípios: visitas do Diretor Geral e do responsável pela Educação Patrimonial por tantas horas/mês para ações com órgãos municipais, multidisciplinares.

Ano 2

Avaliação geral.

Continuidade: ações em andamento, conforme avaliação.

Elaboração de projetos a partir da realidade conhecida no ano anterior.

Início da busca de recursos externos.

CONCLUSÃO

Embora as discussões tenham tido a presença de alguns dos prefeitos dos municípios envolvidos, a presença da SDR Seara e a definição final da natureza jurídica tenha contado com a participação da secretaria executiva da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) na pessoa do Sr. Roberto Kurtz Pereira, não aconteceu a efetiva implementação do projeto. A principal dificuldade teria sido a necessidade de um investimento mensal da parte das prefeituras participantes.

Contudo, as discussões continuam de grande valia por terem formalizado uma primeira proposta para um consórcio regional de patrimônio cultural e linguístico, proposta que encontrou soluções para todas as questões apresentadas naquele momento. Essa proposta pode ser retomada a qualquer tempo, ser novamente discutida, atualizada e posta em execução.

REFERÊNCIAS

LOCATELLI, Nedi Terezinha. Coord. Diagnóstico / Projeto Casa do Patrimônio Taliani & Amighi. Ipumirim, 2011.

LOCATELLI, Nedi Terezinha. Cultura e Desenvolvimento Rural. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de **Especialista em Desenvolvimento e Tecnologia** do Curso de pós-graduação Desenvolvimento e Tecnologia ministrado pela UnoChapécó – Universidade Comunitária de Chapécó e UnC - Universidade do Contestado, sob orientação da mestra em Patrimônio Cultural Denise Argenta.

Proposta de Estatuto Casa do Patrimônio Taliani & Amighi. Ipumirim, 2011.

Relatório final do projeto piloto – “Inventário do *Talian*”. Instituto Vêneto, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Caxias do Sul: 2010.